

## BRASIL E ARGENTINA: CRISE DE SOBERANIA, POLÍTICAS DE EXCLUSÃO Y DESEXILIO, Marion Brepohl

Primeiramente, quero apresentar nossos grupos de trabalho, meu e de Silvina Jensen, da Universidade de Bahia Blanca, Argentina, e depois, como Marie Claire me pediu, falar, ainda que rapidamente, da situação política do Brasil.

Sobre meu grupo de trabalho *Direitos Humanos e políticas de Memória*: o objetivo é reunir pesquisadores dedicados a estudos e atividades dedicados à questão da violência (bem como suas ressonâncias) praticada em governos, instituições e entidades de caráter autoritário que afetam os segmentos vulneráveis relativamente à aquisição de bens de cidadania. Objetivamos colaborar para a elaboração de políticas de memória (nos moldes epistêmicos e políticos criados para este fim) a partir da reconstrução das memórias subterrâneas, ou seja, aquelas que não são trazidas à tona ou que são invisibilizadas pela sociedade e pelo Estado.<sup>1</sup> Procuramos coletar e divulgar discursos, monumentos, objetos e documentos que auxiliem a análise e divulgação de acontecimentos que provocaram direta ou indiretamente violações de direitos humanos e que aguardam reconhecimento, reparação, indenizações.

É nosso objetivo cooperar para que estas memórias, uma vez elaboradas e partilhadas socialmente, sejam também um instrumento de conhecimento e educação.

No atual momento, temos financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, para as seguintes pesquisas:

- a) Coleta e análise de documentos que comprovam desapropriações seguidas de deslocamento forçado ou mesmo extermínio de povos originais do Sudoeste do Paraná, Brasil, tendo em vista a construção da hidrelétrica Itaipu;

---

<sup>1</sup> POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2. n. 1, 1989

- b) Coleta e análise de documentos sobre violência de gênero contra as mulheres que foram detidas ou presas por motivos políticos à época da ditadura militar no Brasil;
- c) O tratamento dispensado aos imigrantes haitianos no Brasil segundo depoimentos deste grupo social. Ao lado de ONGs, pretendemos subsidiar tais migrantes para que conheçam seus direitos segundo a legislação em vigor.

Quanto ao grupo *Exílios Políticos do Cone Sul*, sediado na Argentina, do qual também parte do nosso grupo participa: trata-se de um conjunto de pesquisadores da Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai, México e Espanha, que se dedica à problemática dos exílios políticos do Cone Sul, especialmente aqueles produzidos no marco do terrorismo de Estado na segunda metade do século XX. Desde 2010, tem desenvolvido colóquios, painéis, exposições e publicações com temáticas diversas, tais como: intelectuais e artistas exilados e exílio cultural, da privação à criação; militâncias revolucionárias e exílios sob as últimas ditaduras chilena e argentina; estado e sociedade civil frente ao problema dos exilados, refugiados, deslocados; os exílios em perspectiva de gênero; exílio operário, sindical e em perspectiva de classe; a denúncia exilar e as redes transnacionais humanitárias; filosofia e teoria política do exílio; o exílio como modalidade repressiva: da expulsão à perseguição extraterritorial nas ditaduras do Cone Sul. Boa parte destes trabalhos pode ser consultada no site <http://jornadasexilios.fahce.unlp.edu.ar/>

### Situação atual no Brasil

Quero iniciar citando algumas afirmações de Jair Bolsonaro, atual presidente do Brasil:

“O erro da ditadura foi torturar e não matar” (2008 e 2016)

"Onde você viu no mundo uma ditadura entregar para a oposição de forma pacífica o governo? Só no Brasil, então não houve ditadura", (2019)

Indagado sobre um atentado do exército, que desferiu 80 tiros num único carro, matando um músico negro, Evaldo Rosa dos Santos, sob o argumento de que o carro era parecido com o de um suspeito, Bolsonaro declarou: "foi apenas um incidente" (2019)

"O policial entra, resolve o problema e, se matar 10, 15 ou 20, com 10 ou 30 tiros cada um, ele tem que ser condecorado, e não processado" (2018)

"A cavalaria brasileira foi muito incompetente. Competente, sim, foi a cavalaria norte-americana, que dizimou seus índios no passado e hoje em dia não tem esse problema em seu país" (2018)

Sobre sua visita aos assentamentos dos afrodescendentes, que herdaram terras do período da escravidão, chamados quilombolas: "o afrodescendente mais leve pesava sete arrobas". Ainda citando a visita, disse também: "Não fazem nada, eu acho que nem pra procriador servem mais". (2017)

"Se eu chegar lá (na Presidência), não vai ter dinheiro pra ONG. Esses vagabundos vão ter que trabalhar. Pode ter certeza que se eu chegar lá, no que depender de mim, todo mundo terá uma arma de fogo em casa, não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola." (2017)

"Mulher deve ganhar salário menor porque engravida. Quando ela voltar [da licença-maternidade], vai ter mais um mês de férias, ou seja, trabalhou cinco meses em um ano." (2015)

"Prefiro filho morto em acidente a um homossexual" (2011)

"O Brasil não pode ser um país do mundo gay" (2019)

Após visitar o Museu do Yad Vashem, em Israel: "Não há dúvida que o nazismo foi um movimento de esquerda"

Além destas frases, citem-se as atitudes: já eleito, bateu continência para o assessor de segurança de Donald Trump; veiculou vídeo com cenas obscenas (um homem urinando em outro, ambos nus), afirmando ser este o carnaval do Brasil; visitou a sede da CIA, atividade não prevista, quando de sua viagem oficial aos Estados Unidos e posou com um fuzil após disparar 7 tiros; mandou

retirar do ar uma publicidade do Banco do Brasil por lhe parecer simpática a homossexuais.

Estas são declarações e atitudes veiculadas por redes sociais, que aparecem quase todos os dias. No caso do presidente, seu Twitter conta com 3,5 milhões de seguidores, sejam de oposição – denominados por ele de como comunistas – ou seus apoiadores – bolsonaristas.

Trata-se de uma nova imagem do Brasil, que causa espanto e vergonha por parte das pessoas com uma educação minimamente humanista. São tantas as bizarrices, que nos perguntamos: isto é fruto de uma mente perturbada, de um personagem que quer afirmar seu poder ou uma estratégia de desviar a atenção do público ou “uma cortina de fumaça” para esconder o que realmente é relevante, ou seja, sua política econômica? O que o governo está efetivamente fazendo ou deixando de fazer por trás desta truculência verbal?

O governo mesmo responde: o que se está fazendo é a desconstrução de vários serviços públicos, com maior peso para aqueles que se destinam às populações vulneráveis; além disto, vagas promessas de alinhamento aos Estados Unidos.

Relembremo-nos do período que precedeu esta gestão: segundo o Banco Mundial, de 1990 a 2009, 60% dos brasileiros passaram a um nível de renda maior. Ao todo, 25 milhões saíram da pobreza extrema ou moderada, restando apenas 4% nesta condição.

Em 2013, o sociólogo italiano Domenico Masi afirmou que o Brasil era um país capaz de reduzir a pobreza, sair do mapa da fome e ainda gerar riqueza.<sup>2</sup> Era um país com uma cultura de tolerância do diferente, do aproveitamento do ócio e da procura da felicidade.

Thomas Piketty afirmou, no livro *O Capital no século XXI*, que a tendência natural de um planeta globalizado e capitalista seria um desenvolvimento mais acelerado de países mais pobres e desiguais, enquanto países mais ricos assistiriam a um esfriamento de suas economias. Essa previsão indicava que os países subdesenvolvidos se tornariam desenvolvidos e as economias mundiais entrariam em uma espécie de equilíbrio.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> DE MASI, D. *O futuro chegou*. São Paulo: Casa da Palavra, 2014.

<sup>3</sup> PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. São Paulo: Intrínseca, 2014.

De fato, isto vinha ocorrendo. No entanto, os países mais ricos ignoraram a “mão invisível no mercado” para criar barreiras e dificuldades contra esse equilíbrio, pois tal sucesso implicaria em menor lucro.<sup>4</sup>

Tivemos, com Trump, e seu lema “*América first*” o aumento de taxas de importação nos EUA, bem como, em outros países, o estabelecimento de diversas barreiras para produtos de nações subdesenvolvidas a fim de impedir um mundo menos desigual. Por sua vez, a vitória de Bolsonaro representa uma adesão aos interesses dos Estados Unidos, sem, pelo que se vê, pedir nada em troca.

Medidas recentes dão conta desta tendência: de um lado, as medidas econômicas, que pretendem e já realizam abertura econômica e desregulação. Por exemplo, a assinatura, nos Estados Unidos, do Acordo de Salvaguardas tecnológicas (AST) para permitir o uso comercial do centro de lançamento de Alcântara, no Maranhão, ao norte do Brasil. Na prática, o acordo prevê que os Estados Unidos poderão lançar satélites e foguetes da base maranhense.

Outro exemplo é a abertura às importações de produtos norte-americanos, como por exemplo, a concessão de 750 mil toneladas de importação de trigo norte-americano sem se cobrar a taxa usual de 10%. Inversamente, está reduzindo o subsídio ao agronegócio da Região Sul do país, o que, ao lado de outros fatores, fez decrescer a exportação na ordem de 48%; destaque-se ainda que a liberalização de uso dos agrotóxicos pode prejudicar ainda mais estes negócios, dadas as restrições impostas por outros países por razões ambientais e de saúde.

Educação, Ciência e Tecnologia, nestes quatro primeiros meses, receberam o menor investimento desde 2012. Quanto à educação básica, para além de declarações vagas de combate ao comunismo e à ideologia de gênero,<sup>5</sup> nada foi feito pois a equipe técnica do Ministério da Educação ainda não se estruturou completamente.

---

<sup>4</sup> Del Colle, M. Bolsonaro quer um país pobre, triste, assustado, violento e preconceituoso. <https://br.noticias.yahoo.com/bolsonaro-quer-um-pais-pobre-triste-assustado-violento-e-preconceituoso-152550115.html?fbclid=IwAR0f4WNbnk0sBxskyYTLP0zu8k02GK24FmmcSIQ0daa2SPPBdQWeX3-0To>

<sup>5</sup> Ideologia de gênero é a designação que a ala conversadora utiliza para condenar os estudos de gênero, vistos como propagadores da erotização precoce das crianças e da homossexualidade.

No que se refere uma proposta global, duas são as principais bandeiras: a reforma da previdência e o pacote anticrime. A Reforma da previdência, se aprovada, deixará 35 milhões de brasileiros subtraídos de seus direitos a benefícios sociais, pois a idade mínima a ser alcançada ou o tempo de contribuição não condiz com a expectativa de vida dos mais pobres. Ainda mais no que diz respeito às mulheres, que ingressam no mercado de trabalho mais tarde por conta da maternidade. Citem-se ainda dois alarmantes dados: hoje, 13 milhões de pessoas estão desempregadas e 35 milhões trabalham na informalidade (o PIA é de 92 milhões).<sup>6</sup>

O pacote anticrime, por sua vez, prevê que um juiz pode reduzir pela metade ou mesmo eliminar a pena por morte cometida se o excesso decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção; trata-se, na prática, de um atenuante para execuções que já ocorrem. A violência policial, principalmente contra a população de cor escura (a população negra representa 71% das vítimas de homicídio) já acontece no Brasil. No período de 2015 a 2017 a taxa de homicídios do país cresceu de 29,9 a 30,8 mortes por 100 mil habitantes. Com o crescente número de assassinatos nos últimos anos (63.895 somente em 2017), o Brasil se inclui entre os 15 países onde mais se verificam homicídios no planeta. O pacote anticrime, se aprovado, será, na verdade, a redefinição das missões do Estado, que, em toda parte, retira-se da arena econômica e afirma a necessidade de reduzir seu papel social e de ampliar, endurecendo sua intervenção penal. O Estado-providência europeu deveria doravante ser enxugado, reforçando-se apenas a “segurança”, definida estritamente em termos físicos e não em termos de riscos de vida (salarial, social, médico, educativo etc.).

Gostaria ainda de mencionar a questão indígena. Nos últimos anos, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) vem atuando com cerca de um terço de sua força de trabalho, uma situação-limite agravada por decisões tomadas no atual Governo, em especial pelo Decreto 9.711/2019, que contingenciou em 90% o orçamento da FUNAI previsto na Lei Orçamentária Anual. A demarcação de terras deixa de ser feita por este órgão e passa a ser de competência do Ministério da

---

<sup>6</sup> Le Monde Diplomatique. Brasil. Abril de 2019.

Agricultura, que gerencia os interesses do agronegócio, por sua vez, interessado nos territórios da Amazônia.

Sei que meu quadro é bastante pessimista e estou falando de um lugar de quem se opõe às medidas neoliberais, ainda mais em um dos países mais desiguais do mundo: a desigualdade no Brasil atinge mais severamente as mulheres e os negros, e inclui-se aí o público LGBT, grupos que haviam logrado alguma representatividade com sua participação em conselhos de representantes de movimentos sociais, os quais foram extintos pelo atual governo.

O quadro é este: quase metade da população economicamente ativa sem trabalho ou no trabalho informal; um PIB de industrialização que não deve ultrapassar 1,1% em 2019; ausência de um programa de governo. A pergunta que nos cabe fazer: por que não há uma oposição mais veemente? Quem ainda apoia este governo que, em 4 meses, limitou-se a anunciar o desmonte do que foi feito como um negócio de esquerda, do marxismo cultural, contra a moral e a família?

Eu não consigo senão apontar algumas hipóteses neste momento.

Primeiramente, a deserção cívica, ocasionada, em minha opinião, pelas denúncias intermitentes de corrupção dos partidos políticos, com ênfase para o Partido dos Trabalhadores; some-se a isto o desemprego, que não tem causado a revolta, mas o desalento, a busca da piedade ou o recurso à criminalidade. A redução da representatividade dos sindicatos que foram, ao lado da Igreja progressista, o canal de negociação mais expressivo. A ala progressista da Igreja, por sua vez, tem perdido espaço para as seitas fundamentalistas e neopentecostais, cuja organização se desenvolve em moldes empresariais e politicamente hierarquizada de cima para baixo. Os evangélicos perfazem hoje 25% da população, e estão presentes mormente entre as camadas mais baixas. Sua atuação política se desenvolve nos moldes clientelistas, que preveem a fidelidade eleitoral em troca de favores, negociação direta dos políticos com os pastores, assistencialismo, ausência de pauta política e submissão incontestes das mulheres. Esta é a base mais sólida do presidente.

Segundo motivo: a propaganda, de maneira intermitente, por parte do governo e da grande mídia,<sup>7</sup> de que acabando com a corrupção o estado poderá custear as políticas sociais; há, neste sentido, um enorme trabalho ideológico para converter o sentimento anti-corrupção em um sentimento anti-estado ou mesmo antipolítica; a imagem que se veicula é a de sua substituição pela caridade, cuja protagonista deverá ser a iniciativa privada.

Terceiro, o revisionismo, ou melhor, o negacionismo do passado ditatorial. Pretende-se, inclusive, modificar os livros didáticos, afirmando-se que no Brasil não houve ditadura; pelo contrário, os governos militares de 1964 a 1982 garantiram a democracia contra a ameaça comunista. E, os governos entre 1995 a 2017 foram, segundo os revisionistas, de esquerda, pois aderiram ao marxismo cultural e ao globalismo, poderes insidiosos manipulados pela ONU.<sup>8</sup>

O interessante do revisionismo, ou melhor, do negacionismo, é que ele se assemelha ao negacionismo de direita da Espanha: a violência é relativizada e as vítimas são criminalizadas. Não por acaso, o nazismo é classificado como movimento de esquerda, num esquema binário do bem absoluto contra o mal absoluto.

Retorno agora às mensagens cotidianas de Bolsonaro, com cujos exemplos iniciei minha exposição. Seja fruto do despreparo intelectual, destilação de ódio individual e ressentimento, seja uma estratégia planejada de fazer-se uma “cortina de fumaça” ou tudo de uma vez; em meu entendimento, as notícias bombásticas e ameaçadoras impedem que se crie um clima de “normalidade”. É como se o chefe eleito estivesse sob ameaça.

Seus “slogans” e deliberações feitas à margem da lei, têm levado, sim, à perda de credibilidade do governo, pelo menos, entre membros da sociedade civil organizada. Mas já não é assim quando se trata dos apoiadores de Bolsonaro, que procedem de um meio com baixa representação e sem familiaridade com a

---

<sup>7</sup> A mídia tem contestado a pessoa de Bolsonaro, mas não as medidas de caráter econômico e social.

<sup>8</sup> A propósito, esta é uma ideia inspirada no mentor de Donald Trump, Steve Bannon, que é parceiro ideológico deste governo, contando com a amizade e apoio de Eduardo Bolsonaro). Sobre Bannon, ver: JEFFREY, A. Vociferando contra o iluminismo; a ideologia de Steve Bannon. Sociologia Antropologia. Rio de Janeiro: Vol. 0803, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752018v8310>



política. Entre estas, seu discurso é recebido como medidas anti-sistema, “contra tudo que está aí”. Desta feita, comportam-se de maneira semelhante aos grupos que Hannah Arendt denominou de ralé (populace), pessoas dispostas, para me valer de uma expressão arendtiana, a vociferar em defesa do seu líder. Pois, conforme Arendt, a ralé, um grupo composto por refugos de todas as classes sociais, *não aspira a um sistema representativo, mas brada por “um homem forte”, pelo “grande chefe”*.

Ao discorrer sobre aqueles que se manifestaram estridentemente contra Dreyfuss, na França, ou em favor de Hitler, na Alemanha, Arendt afirma: *Porque a ralé odeia a sociedade da qual foi excluída e odeia o parlamento onde não está representada.*<sup>9</sup> Ainda uma outra propensão da ralé: *procurar as verdadeiras forças por trás da cortina,*<sup>10</sup> ou seja, a conspiração como o verdadeiro poder. Logo, uma ação secreta por trás da ONU, propalada por Steve Bannon e Olavo de Carvalho, uma campanha anti-família para destruir a religião, o globalismo que destrói os valores de uma nação, ou a preguiça que gera a pobreza e é premiada pelas políticas sociais, o enaltecimento do passado ditatorial como sinônimo de ordem, são falsificações da História que no entanto fascinam os líderes da ralé.

Assim, para os que ainda apoiam o governo, seu sentimento é o de que há uma situação favorecendo forças obscuras, insidiosas, malsãs, que não permitem ou dificultam a ação do chefe, imaginado como impotente em meio da crise.

Não sei se esta é uma situação momentânea ou se conheceremos um ciclo autoritário de maior fôlego. Teremos eleições na Argentina proximamente, e a popularidade de Trump se encontra em declínio. Ainda assim, acredito que haja uma agenda de extrema direita transnacional, pleiteando poder em diversos países, mirando-se no exemplo da Itália, Estados Unidos, Brasil e Hungria.

Creio que nossos projetos tem de contemplar esta nova e inusitada situação política: neoliberalismo ou ultraliberalismo associado ao anti-iluminismo, conservadorismo moral, racismo e violência arbitrária do estado.

---

<sup>9</sup> ARENDT, H. *O sistema totalitário*. Lisboa: Dom Quixote, q978. P. 164.

<sup>10</sup> Idem, p. 165